EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº002/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA POSSIBILITAR A CONSTRUÇÃO DO PLENÁRIO E A REFORMA DOS GABINETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU—PA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09h20min do dia **12/08/2025.** ABERTURA DAS SESSÃO PÚBLICA: às **09h30min** do dia 12/08/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às **09h30 min** do dia 12/08/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante as sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília—DF.

ENDEREÇO: As propostas e documentações de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FÉLIX DO XINGU, com sede na Av. Cel. Tancredo, nº 670, Centro — São Félix do Xingu/PA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.704.171/0001-90, por meio do Presidente Sr. Mario Borges Teixeira, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA-REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL que será regido pela Lei Federal nº14.133, de 01/04/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente EDITAL, com as seguintes características:

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br

a) Modalidade:CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº002/2025

b) Tipo: MENOR PREÇO

c) Regime De Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

d) Prazo de Execução:04 meses

e) Modo de Disputa: Aberto

f) Previsão Orçamentária: R$1.688.998,11(um milhão seiscentos e oitenta e oito mil,novecentos e noventa e oito reaise onzecentavos).

1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

1.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

1.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do portal de compras públicas http: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.3 Caberá ao Agente de Contratações, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

1.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratações, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de compras públicas no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

1.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

2. OBJETO

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA POSSIBILITAR A CONSTRUÇÃO DO PLENÁRIO E A REFORMA DOS GABINETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU–PA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

2.1 Regime de execução. Fica estabelecida a forma de execução sob o

regime de empreitada por preço global.

2.2 Legislação. A presente Licitação será regida pela Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3 Valor referencial. O valor total estimado para a execução do objeto desse certame é de R$1.688.998,11(um milhão seiscentos e oitenta e oito mil,novecentos e noventa e oito reaise onzecentavos).

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiver em previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Portal de compras públicas, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

3.2 Vedações. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal n°14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei Federal n°14.133/2021.

3.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.4 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

4.1 A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta conforme modelo no XII do Edital, para comparecer à Câmara de Vereadores, para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01(um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento.

4.2 A Vistoria Técnica será acompanhada por servidor da Câmara de Vereadores, devidamente designado, o qual expedirá o Atestado de Vistoria Técnica, em 02(duas) vias.

4.3 Uma via do Atestado de Vistoria Técnica será entregue ao representante da empresa licitante e outra via será juntada aos autos do processo licitatório.

4.4 Em hipótese alguma haverá Vistoria Técnica após a data limite, conforme item.

4.5 A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

4.6 Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre o objeto ou condições do local.

4.7 A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) ter pleno conhecimento do Edital, das condições gerais e particulares do objeto da Licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

4.8 O licitante que optar pela não realização da vistoria técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do ANEXO XIII do Edital.

5. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

5.1 A CONTRATADA deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I deste Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dele, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do Projeto.

5.2 A Câmara de Vereadores recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

5.3 A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto.

5.4 A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), dos Responsáveis Técnicos.

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O Contrato terá vigência de até doze meses, a contar da data de assinatura, admitida a prorrogação nos termos da Lei Federal nº14.133/2021 e ulteriores alterações.

7. DOS ANEXOS DO EDITAL

7.1 Seguem anexos ao presente Edital com o parte integrante do instrumento convocatório:

ANEXO I–Estudo Técnico Preliminar/Memorial Descritivo/Projeto Básico;

ANEXO II—Projetos;

ANEXO III–Planilha Orçamentária/Memória De Cálculo;

ANEXO IV–Cronograma Físico Financeiro;

ANEXO V–Declaração De Micro empresa Ou Empresa De Pequeno Porte;

ANEXO VI–Declaração De Pleno Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação;

ANEXO VII–Modelo De Declaração Conjunta;

ANEXOVIII—Modelo De Declaração De Responsável Para Assinatura Do Contrato;

ANEXO IX–Declaração Subempreitada;

ANEXO X-Declaração De Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme Ao Marco Legal Anticorrupção;

ANEXO XI-Modelo De Proposta;

ANEXO XII-Certificado De Realização De Vistoria Técnica;

ANEXO XIII-Declaração De Opção Por Não Realizar A VistoriaTécnica;

ANEXO XIV—Declaração De Integridade Dos Custos;

ANEXO XV-Minuta Do Contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderá participar desta licitação, toda e qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, desde que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seusAnexos.

8.2 Não poderão disputar a licitação ou participar do contrato, direta ou indiretamente todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo14 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo15 da Lei nº14.133/2021.

8.3 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Os interessados em participar desta concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

9.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

9.3 Os interessados em se credenciar na plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão obter maiores informações na página http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos 3003-5455/08007305455 da Plataforma.

9.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo com o firme se verdadeiras suas propostas e lances.

9.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu responder por eventuais danos de correntes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6 O credenciamento junto à plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

9.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

9.8 A licitação será conduzida pelo Agente de Contratações da Câmara Municipal de Vereadores de São Felix do Xingu/PA, com apoio técnico e operacional da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, que atuará com o provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

9.9 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

10 DO ENVIO DA PROPOSTA

10.1 Até a data e hora marcada para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilida de o levantamento de custos necessários parao cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

10.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.4 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula;

10.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

10.6 No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, e molumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir agravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da

empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu/PA, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

10.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.8 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema:

10.8.1 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.42 a 49,quando for o caso;

10.8.1.1 A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 2006, mesmo que seja qualificada com o micro empresa ou empresa de pequeno porte;

10.9 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

10.10 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

10.11 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Agente de Contratações, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

11.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratações e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3 O Agente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis, ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico/Memorial Descritivo.

11.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.2 A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o julgamento definitivo conforme definido no item 15 deste edital.

11.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7.1 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratações, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedordo sistema eletrônico (PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS).

11.7.2 Na hipótese do sub item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11.8 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **RS 100 (cem) reais.**

11.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.11 No caso de desconexão com o Agente, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.12 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratações aos participantes do certame publicado no sistema PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

12. DA DISPUTA

12.1 Nesta Concorrência o modo de disputa adotado é o ABERTO, com julgamento sobre O MENOR PREÇO.

13. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por micro empresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de micro empresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10%(dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

13.1.1 A micro empresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5(cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta Concorrência;

13.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que por venturas e enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas micro empresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

13.4 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5(cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº123/2006.

14. DO EMPATE

14.1 Se o Agente de Contratações observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito deatestodecumprimentodeobrigações;

14.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Nos termos art.5º, do Decreto federal nº11.430, de 8 de março de 2023, são ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho:

I –medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II –ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III –igualdade de remuneração e paridade salarial entremulheres e homens;

IV –práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V –programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI –ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

Para fins da presente licitação, a comprovação do desenvolvimento de ações de que trata o item 14.1.3 dar-se-á por meio de declaração expressa do licitante de que desenvolve referida sações.

14.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.2 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

14.2.2 Empresas brasileiras;

14.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Leinº12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

15.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Contratações encaminhará contra proposta à licitante que tenha

Apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

16.2 O Agente convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02(duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação, contendo os seguintes dados:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Memorial Descritivo (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas de correntes da execução do objeto;

c) A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Memorial Descritivo, Anexo I deste Edital;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

e) Planilha Orçamentária;

f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

16.3 O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratações, desde que solicitado por escrito, antes de fin do o prazo estabelecido.

16.4 O não envio da proposta ajustada por meio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 16.2, ou descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratações acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

16.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais,

Ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

16.6 Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Projeto Básico.

16.7 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Agente de Contratações, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

16.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

16.9 O Agente de Contratações poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Memorial Descritivo, Anexo I do Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item16.2.

16.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratações examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.11 Havendo necessidade, o Agente suspenderá a sessão, informandono “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

17.1 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de envio para plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá amantê-la, em sua integralidade, fato este aceito pela simples participação no certame.

18 DA HABILITAÇÃO

18.1 Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pela Agente de Contratações no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br no campo diligência para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 01 (UMA) HORA SOB PENA DE INABILITAÇÃO

18.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de

Contratações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

18.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

18.2.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

18.2.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

18.2.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei n°8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.2.5 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratações inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

18.3 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ ANEXAR NO SISTEMA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

18.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

18.2.1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº14.133/2021, como, por exemplo:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art.67 da Lei 14.133/2021)

18.2.2.1 Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de AcervoTécnico—CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia —CREA ou CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica—RRT; e

18.2.2.2 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato; e

18.2.2.3 Apresentação de CAT — Certidão de Acervo Técnico fornecido pelo CREA ou CAU, em nome da empresa licitante, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução.

18.2.2.4 Comprovação de vínculo para efeitos de capacidade técnico-profissional. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS—Carteirade Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

18.2.2.5 Declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível, bem como as máquinas e/ou equipamentos necessários à execução do objeto licitado.

18.2.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (artigo 68 da lei federal nº14.133/2021)

18.2.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

18.2.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

18.2.3.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

18.2.3.4 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual das e de ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto destalicitação;

18.2.3.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

18.2.3.6 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

18.2.3.7 Certidão Negativade Débitos Trabalhistas-CNDT ou Positivade Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

18.2.3.8 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

18.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA (ART.69,DA LEI Nº 14.133/21)

18.2.4.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

18.2.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais — (Anos 2023 e 2024) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por conta do rou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b) No caso de empresa constituída no exercícios vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

18.2.4.3 No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema sped), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital do exercício.

18.2.4.4 Apresentação de Índice de Liquidez (Anos 2024 e 2023) que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, demonstrando os seguintes índices:

Índice de Liquidez Geral (LG)

LG=Ativo Circulante+Realizável em Longo Prazo≥1,0 Passivo Circulante+Exigível em Longo Prazo

Índice de Liquidez Corrente (LC) LC=Ativo Circulante ≥1,0 Passivo Circulante

• Os resultados isolados das duas primeiras operações (Liquidez Geral — LG e Liquidez Corrente — LC) deverão ser maiores ou iguais a 1,0.

• Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento.

a) É vedada a substituição por balanços provisórios e os índices deverão estar assinados pelo profissional Contabilista (com identificação do nome e CRC-Conselho Regional de Contabilidade).

18.2.4.5 Demonstração de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da licitação, considerando os valores constantes na Planilha Orçamentária contida neste Edital, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais.

18.2.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

18.2.5.1 Declaração Conjunta de acordo com o modelo do ANEXOVII do edital.

a) Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

b) Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação.

c) Atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos da Lei n° 6.514/77, relativo à segurança e medicina do trabalho.

d) Na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pela Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu/PA, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.

e) Que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art.63, IV da Lei nº14.133, de 01 de abril de 2021.

18.2.5.2 Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. ANEXO X

19 PRAZO DE EXECUÇÃO

19.1 O prazo de execução da obra deverá ser de **04(quatro)** meses, apartir da expedição da Ordem para início dos serviços efetuada pelo Departamento de Engenharia.

20 PRAZO DE GARANTIA

20.1 A CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05(cinco) anos, contados apartir de seu recebimento definitivo pelo Departamento Municipal de Engenharia.

21 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, §10 e §11, da Lei nº14.133/2021.

21.2 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;

21.3 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade delas, quando possível;

21.4 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a 180(cento e oitenta) anteriores à data designada para sessão pública;

21.5 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

21.6 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.156 da Lei Federal nº14.133/2021, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

21.7 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.8 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação de ambos os estabelecimentos.

22. DOS RECURSOS

22.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, DE FORMA IMEDIATA, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (DEZ) MINUTOS PARA A FASE DE PROPOSTAS E DE 30(TRINTA) MINUTOS PARA A FASE DE HABILITAÇÃO.

22.2 A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Agente de Contratações autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

22.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o Agente não adentrará no méritor e cursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Agente, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

22.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

22.6 Caberá ao Agente de Contratações receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5(cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior ao Agente, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5(cinco) dias úteis.

22.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.9 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

23 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1 O objeto desta Concorrência será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade superior.

23.2 Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

24 DO CONTRATO

24.1 A licitante vencedora deverá assinar com a Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu/PA, o respectivo Contrato, cuja minuta segue inclusa a este Edital, no prazo de 05(cinco) dias úteis após a convocação a ser efetuada pelo Departamento de Compras, prazo este passível de prorrogação, à critério da Administração, mediante apresentação de motivos que o justifiquem, uma vez por igual período.

24.2 Se a empresa adjudicatária se recusar a assinar o Contrato ou deixar defazê-lo no prazo estabelecido, a Câmara de Vereadores poderá optar pela convocação dos demais concorrentes, obedecendo sucessivamente a ordem de

Classificação e, ainda, aplicar-lhe as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021, inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

24.3 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento, aceitos pelo órgão público, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

24.4 É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

24.5 A CONTRATADA deverá providenciar, antes da assinatura do Contrato, em original ou por processo de cópia autenticada em cartório:

24.5.1 Apresentação – para o caso de profissionais não registrados no Estado do Pará- da Certidão de Registro da pessoa jurídica e do profissional visadas pelo CREA/PA, autorizando-os ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei nº5194/66;

24.5.2 ART-Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela obra;

24.6 Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juíz o ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

24.7 Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

24.8 A Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu designa, ainda, como fiscal do Contrato, o Sr. **Amilton Alves de Araujo — Engenheiro Civil—CREA/PA 1518837247**.

25 DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

25.1 Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Engenharia para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar—Caderno de Obras, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações

pertinentes. O fiscal designado pelo órgão público assinará esse Caderno juntamente com o responsável técnico da CONTRATADA:

25.2 A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará por profissional da área, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

25.3 O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer diariamente à obra, devendo ainda a CONTRATADA manter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo órgão público sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Câmara de Vereadores.

25.4 O(s) profissional(is) deverá(ão) fazer anotações diariamente no “Caderno de Obras” e indicar o(s) substituto(s) responsável(is) por qualquer ocorrência no período de sua(s) ausência(s).

25.5 A CONTRATADA fica obrigada a manterem local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local dos serviços, Diário de Obra, cujo modelo será submetido à análise e aprovação pelo órgão público.

25.6 A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

25.7 O órgão público se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do órgão público.

25.8 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao órgão público, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

25.9 O recebimento pelo órgão público, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na Lei.

25.10 A fiscalização do órgão público poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores da Câmara de Vereadores, da CONTRATADA, a terceiros e ao meioambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

25.11 Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do órgão público determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

25.12 A fiscalização dos serviços pelo órgão público não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

25.13 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicinado Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78 e, em especial às Normas Regulamentadoras NR-5—CIPA; NR-6—EPI; NR-7— Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9—Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10— Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18—Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, sub itens e anexos, sendo os custos de correntes incluídos no preço proposto.

25.14 A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA-Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

25.15 A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

25.16 Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o órgão público em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente o órgão público for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

25.17 Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o órgão público, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo órgão público, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

25.18 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pela Câmara de Vereadores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, com unica rimediatamente, por escrito,o órgão público.

26. DAS MEDIÇÕES, FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

26.1 Mensalmente, a Fiscalização realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:

26.2 Paratanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado à Câmara de Vereadores.

26.3 A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30(trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.

26.4 Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que totalmente executados de acordo com o projeto;

26.5 Antes do fechamento da medição, o órgão público terá até 5(cinco) dias úteis para analisar a medição apresentada. Em caso de erro na medição, o órgão público informará a CONTRATADA, dentro do período de análise, para que esta efetue as devidas correções e apresente a nova medição corrigida.

26.6 Havendo parte incontroversa deverá ser autorizado o pagamento deste montante.

26.7 O devido fechamento da medição mensal deverá ser efetivado entre a CONTRATADA e a Fiscalização da contratante.

26.8 Após o fechamento e aprovação da medição, a Câmara de Vereadores autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a ao Departamento de Contabilidade da Câmara de Vereadores através do e-mail diretoria.financeira@cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br

26.9 A Câmara de Vereadores efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

26.10 A Nota Fiscal deverá ser emitida como Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à CONTRATADA o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob penade, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará como pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

26.11 Junto à medição final, a CONTRATADA deverá entregar ao órgão público o relatório final nos termos das especificações contidas no edital.

26.12 O pagamento da última medição será efetuado somente após o recebimento e aprovação pela Câmara de Vereadores do relatório final e da emissão do Termo de Recebimento de obra.

26.13 Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo de Recebimento somente será emitido após a devida correção.

26.14 Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das guias GPS-Guia da Previdência Social e GFIP Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo ao sem pregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSQN-Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber.

26.15 As comprovações serão feitas através das cópias autenticadas das guias de recolhimento, devidamente quitadas, que deverão ser encaminhadas ao Serviço de Contabilidade da Câmara de Vereadores;

26.16 Em se tratando de INSS, a CONTRATADA deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do Município, o número do Contrato ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

26.17 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

26.18 Por ocasião da apresentação ao órgão público da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.

26.19 Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

26.20 Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena de o órgão público efetuar a retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:

a) Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre a fatura;

b) Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS e INSS, última competência, referentes aos seus empregados.

26.21 Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15(quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao órgão público, para fins de devolução da quantia retida.

26.22 Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o órgão público poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

a) Aplicar multa de 10% (dez porcento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;

b) Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

26.23 Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização destas, sob pena de rescisão contratual.

26.24 Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamentos e der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

26.25 Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilida de por parte da Câmara de Vereadores, o valor da parcela poderá ser atualizado pro ratadi e de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.

26.26 Os preços pactuados poderão ser reajustados pelo IPCA, com data base vinculada à data do orçamento estimado, observado o inter reg no mínimo de 1(um) ano, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº14.133/2021.

O órgão público poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer (quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com a Câmara de Vereadores na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

27 DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

27.1 A CONTRATADA deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidade destes.

27.2 O órgão público se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização da Câmara de Vereadores:

27.3 O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todas as atividades necessárias:

27.4 O canteiro de obras deve ser mantido livre de lama e organizado.

27.5 A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeitas condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixados no edital de licitação e/ou no Contrato.

27.6 A CONTRATADA Providenciar a confecção e instalação, às suas expensas e em lugar visível do canteiro, de placa da obra, de acordo com o modelo fornecido pelo CONTRATANTE.

28 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

28.1 O objeto estará sujeito à conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da CONTRATADA e o presente Edital podendo, o órgão público, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de análises aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA:

28.2 Havendo a necessidade de adequação(ões) será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após comunicação escrita de sua conclusão, pela

CONTRATADA, mediante Termo circunstanciado assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA e visado pela fiscalização para as correções da obra, sendo que o descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s), implicará na aplicação da multa especifica dano item 28 deste Edital, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Câmara de Vereadores.

28.3 Caso os serviços constantes do objeto, não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).

28.4 Ao término da obra, a CONTRATADA deverá comunicar à contratante, por escrito e protocoladamente a conclusão desta, juntamente com a entregado Relatório Final.

28.5 Em até 15(quinze) dias corridos contados da comunicação, a Câmara de Vereadores emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra ou atestará a sua qualidade e conformidade.

28.6 Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, o órgão público receberá provisoriamente.

28.7 A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 30(trinta) dias corridos contados do seu recebimento provisório, prazo no qual a CONTRATADA fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrar em necessários, às suas expensas, mediante simples notificação da Câmara de Vereadores, na qual assinalará prazo para realização dos serviços apontados.

28.8 O recebimento definitivos e dará por meio de Termo de Recebimento formal ou pelo simples de curso do prazo previsto neste Edital, com exceção dos eventos abaixo:

28.9 Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação da Câmara de Vereadores, no sentido de que a CONTRATADA deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça a correr tão logo o órgão público ateste a realização do serviço conforme a ponta do e exigido;

28.10 Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo o órgão público ateste a realização conforme do objeto contratado.

29 DAS PENALIDADES

29.1 As sanções dispostas no Contrato poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Câmara de Vereadores e das sanções previstas no art.156 da Lei Federal nº14.133/2021 e ulteriores alterações.

29.2 Sem prejuízo da faculdade previstas nos art.137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2%(dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15(quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1%(um décimo por cento) até 10%(dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1%(um décimo por cento) até 15%(quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato; e

e) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

29.3 O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pela Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu/PA independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I -falência;

II -concordata;

III -insolvência;

IV –dissolução judicial ou extrajudicial;

V –inobservância de dispositivos legais;

VI –inadimplemento de obrigação contratual.

29.4 A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas no Art.156 da Lei14.133, inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

29.5 As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II,III,IV,V,VI e VII do caput do art.155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave,

E impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos.

29.6 A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e aprévia defesa, nos termos da legislação vigente.

29.7 Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do órgão público, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

30 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

30.1 A extinção contratual, em favor da Câmara de Vereadores, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 elteriores alterações.

30.2 A rescisão contratual, em favor da CONTRATADA, terá lugar em caso de ocorrência das hipóteses previstas no artigo 137, §2º, da Lei nº14.133/2021 e ulteriores alterações.

30.3 A rescisão contratual poderá, ainda, ocorrer de pleno acordo entre as partes em razão de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditivada execução do Contrato, hipóteses em que as partes se comporão quanto à eventuais indenizações devidas reciprocamente, a qualquer título que seja, sendo-lhes lícito isentarem-se mutuamente.

31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 A Câmara de Vereadores poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

31.2 É facultada ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº14.133/2021.

31.3 O órgão público se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

31.4 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Agente de Contratação no processo de julgamento;

31.5 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.

31.6 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.

31.7 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.

31.8 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto o conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

31.9 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo esta ser encaminhada ao Agente de Contratação;

31.10 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favordo órgão público, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.

31.11 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

31.12 Fica eleito o foro da Comarca de São Felix do Xingu/PA, com renúnciados demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

31.13 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais eles atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

31.14 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial dos Municípios — DOM, e no site oficial da Câmara de Vereador e sem https://cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/

31.15 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.

São Felix do Xingu, 18 de junho de 2025.

MARIO BORGES TEIXEIRA:73852600200
Assinado de forma digital por MARIO BORGES TEIXEIRA:73852600200

MARIO BORGES TEIXEIRA
Presidente da CMSFX-PA

OZEANE RODRIGUES DOS SANTOS:63755041200
Assinado de forma digital por OZEANE RODRIGUES DOS SANTOS:63755041200

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXOI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/PROJETO BÁSICO/MEMORIAL DESCRITIVO

Os documentos referentes ao ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR/PROJETO BÁSICO/MEMORIAL DESCRITIVO poderão ser obtidos gratuitamente nos endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO II

PROJETOS

Os projetos poderão ser obtidos gratuitamente no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A planilha orçamentária poderá ser obtidos gratuitamente no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O Cronograma Físico Financeiro poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sempre juízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica).
CNPJ nº é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°01/2025, realizado pela CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA.

Declaro, ainda, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO XINGU/PA,**de******de 2025.

Assinatura do representante legal Nome:

RGnº:

Obs:esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome completo:

RGnº: CPFnº:

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº01/2025, Processo licitatório n°/, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório ,nos termos do inciso I do artigo 40 da Lei Estadual nº 6.544/1989, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.121, de 7 de julho de 2008.

(Localedata).

Representante Legal da Empresa (Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs:esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA-“HABILITAÇÃO”

Nome completo:

RG nº: CPF nº:

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial),

interessado em participar da Concorrência nº/, Processo licitatório n°/:

a) Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

b) Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação.

c) Atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos da Lei n° 6.514/77.

d) Na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pela Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu/PA, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.

e) Que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV da Lein º14.133, de 01 de abri lde 2021.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Obs:esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Eu (nomecompleto), cargo.....portador(a) da Carteira de Identidade n°.....e do C.P.F. n° ..... representante Legal da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, que assinar o Contrato de Fornecimento referente a Modalidade de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°01/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2025.

E-MAIL PESSOAL:

E-MAIL PROFISSIONAL:

, de de2025.

Representante Legal da Empresa (Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE SUB EMPREITADA

A (razão social da proponente), inscrita no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legalo(a) Sr(a), portador(a) do RG nº e do CPF nº, interessada em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°001/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2025, DECLARA sob as penas da Lei que todo e qualquer contrato de sub empreitada relacionada com a obras e ráprevіamente submetido ao órgão público contratante que, por sua vez estudará o interesse conveniência dessa subempreitada e se concordardará a nuência expressa.

, de de 2025.

Representante Legal da Empresa (Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs:esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu,_____ portador do RG nº e inscrito no CPF nº, representante legal Do licitante (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº01/2025, Processo Licitatório n°/2025, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e os eu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) O licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, com unica do ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou defato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) O conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) O representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº12.846/2013, tais como:

I -prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II -comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo sub vencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III -comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV –no tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar delicitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V –dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO XI

MODELO DE PROPOSTA

Ao Agente de Contratação,

O licitante (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R$ (valor por extenso), já computado o BDI, nos termos da planilha Orçamentária que constitui parte indissociável desta proposta de preços.

Esta proposta é válida por90 (noventa) dias.

(Local e data).

Assinatura do representante legal Nome

CPF RG

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO XII

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

(emitido pela Unidade Contratante)

ATESTO que o representante legal do licitante, interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2025, Processo licitatório n°/2025, realizou nesta data vistoria técnica nas instalações do, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante) (nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a vistoria)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISTORIA TÉCNICA

(elaborado pelo licitante)

Eu....., portadordo RG nº.....e inscrito no CPF nº..... na Condição de representante legal da.....(nome empresarial), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2025, Processo licitatório n°/2025, DECLARO queo licitante não realizou a vistoria Técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO XIV

Declaração do item 17.2.5.3 do EDITAL

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº[CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais para todos os fins legais e em atendimento ao item 17.2.5.3 do EDITAL de LICITAÇÃO da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº01/2025 que possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

LOCAL, dede 2025

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL]

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025

ANEXO XV

MINUTA DE CONTRATO

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA, com sede na Av. Coronel Tancredo, nº670, Centro, São Felix do Xingu/PA, CNPJ nº 03.704.171/0001-90, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente MARIO BORGES TEIXEIRA, e de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ nº....., com sede na ..... , telefone.....e e-mail .....,neste ato devidamente representada pelo senhor(a)....., portador(a) do RGnº..... e CPF nº

....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº001/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº001/2025, pelo tipo MENOR PREÇO-REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO

GLOBAL, tem entre si justa e contratada, pela Legislação Pertinente, assim como pelas condições do Edital acima referido e de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE GARANTIA

O objeto do presente: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, em regime de empreitada por preço global, de reforma e construção com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para possibilitar a realização da construção do plenario e reforma dos gabinetes dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de São Felix do Xingu—PA.

1.1. Das ExigênciasTécnicas:

1.1.1. A CONTRATADA deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I do Edital, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dele, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do projeto.

1.1.2. A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA recusará a obras e não estiver de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital,

respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

1.1.3. A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto contratado.

1.1.4. A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs Anotação de Responsabilidade Técnica, junto à entidade profissional competente, dos Responsáveis Técnicos.

1.3. Da Vigência do Contrato:

1.3.1. A vigência do termo de contrato será até 31/12/2025, para sua completa realização, salvo interrupção autorizada pela contratante, por qualquer motivo de força maior que venha ocorrer, conforme previsão do edital.

1.4. Do Prazo de Garantia:

1.4.1. A CONTRATADA obriga-se a dar pela obra prazo de garantia mínimo de 05(cinco) anos, contados apartir da data do recebimento definitivo da obra pela CÂMARA DE VEREADORES.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, DAS MEDIÇÕES, DA FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

2.1. Pagará, A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU, pela

Execução do objeto relacionado na Cláusula Primeira, o Valor Total de R$----------

2.2. No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusiveI CMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

2.3. As despesas decorrentes deste Contrato serão suportadas pela Reserva Orçamentária nº**, Nota de Empenho nº**:

2.4. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos, ficando a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA obrigado a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo

necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

2.5. Mensalmente, a Fiscalização realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:

2.6. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado à CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU e protocolado.

2.7. A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30(trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.

2.8. Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que totalmente executados de acordo com o projeto;

2.9. A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05(cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a CONTRATADA a emitir Nota Fiscal dos serviços aprovados;

2.10. Após a análise da CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FELIX DO XINGU/PA, constatadaseventuaisdivergências,aCONTRATADAdeveráprovidenciarasdevidascorreçõesematé05(cinco)diasúteis;

2.11. ApósofechamentoeaprovaçãodamediçãoaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAautorizaráaCONTRATADAaemitiraNotaFiscal,quedeveráserencaminhadaparapagamentojuntamentecomamediçãoeorelatóriofotográficodosserviçosexecutadosnoperíodo.

2.12. ACÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAefetuaráopagamentodaNotaFiscalapósoprotocolamentodamesma,seemconformidade,noprazodeaté30(trinta)dias.

2.13. ANotaFiscaldeveráseremitidacomoImpostodeRendaretidonafonte,conformetabeladeretençãoconstantenoAnexoIdaInstruçãoNormativadaReceitaFederaldoBrasilnº1.234de2012esuasalteraçõesposteriores.CabeàCONTRATADAodestaquedesteimpostonocorpodasnotasfiscais.Aspessoasjurídicasamparadasporisenção,nãoincidênciaoualíquotazerodeveminformaressacondiçãonodocumentofiscal,inclusiveoenquadramentolegal,sobpenade,senãoofizerem,sujeitarem-seàretençãodoIRedascontribuiçõessobreovalortotaldodocumentofiscal,nopercentualtotalcorrespondenteànaturezadobemouserviço.Havendoerronodocumentodecobrançaououtracircunstânciaqueimpeçaaliquidaçãodadespesa,estaficaráomopagamentopendenteatéqueaCONTRATADAprovidencieasmedidassaneadorasnecessárias,nãoocorrendo,nestecaso,qualquerônusàCONTRATANTE.

2.14. Casooobjetoestejaemdesacordocomoespecificadoouapresentevícioconstrutivo,oTermodeRecebimentoProvisóriosomenteseráemitidoapósadevidacorreção.

2.15. ParapagamentodaNotaFiscaldecadaumadasparcelas,éindispensávelqueaCONTRATADAapresentecomprovantederegularidadejuntoaoINSSeFGTS,por meiodasguiasGPS-GuiadaPrevidênciaSocialeGFIP-GuiadeRecolhimentodoFundodeGarantiadoTempodeServiçoeInformaçõesàPrevidênciaSocial,relativoaosempregadosqueexecutaramoserviço,bemcomodorecolhimentodoISSQN—ImpostoSobreServiçosdeQualquerNatureza,quandocouber:

2.16. EmsetratandodeINSS,aCONTRATADAdeverápreencherasguiasderecolhimentodeconformidadecomasOrdensdeServiçodoMinistériodaPrevidênciaeAssistênciaSocial,constandoonomedaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,onúmerodoContratoaoqualsevinculameo(s)número(s)da(s)fatura(s)correspondente(s);

2.17. AscomprovaçõesrelativasaoFGTSaseremapresentadasdeverãocorresponderaoperíododeexecuçãoeàmão-de-obraalocadaparaessefim.

2.18. PorocasiãodaapresentaçãoaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAdanotafiscal,aCONTRATADAdeveráfazerprovadorecolhimentodoISS correspondenteaoserviçoexecutadoedeveráestarreferenciadoàemissãodanotafiscal.

2.19. Naeventualidadedaapresentaçãodanotafiscal/fatura,casonãohajadecorridooprazolegalpararecolhimentodoINSS,doFGTSe/oudoISS,poderãoserapresentadascópiasdasguiasderecolhimentoreferentesaomêsimediatamenteanterior,devendoaCONTRATADAapresentaradocumentaçãodevidamentequitada,quandodovencimentodoprazolegalparaorecolhimento.

2.20. JuntocomaNotaFiscal,aCONTRATADAdeveráapresentar,referenteatodososempregadosqueexecutaramoserviçonoperíodoabrangidopelorelatórioapresentado,sobpenadaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAefetuararetençãodovalordevidonostermosdalegislaçãovigente,sobreovalorfaturado:

2.21. Relaçãonominaldetodososempregados,bemcomoocomprovantederecolhimentodascontribuiçõessociaisincidentessobreafatura;

2.22. ComprovantesdepagamentosdossaláriosrecebidoserecolhimentosdoFGTSeINSS,últimacompetência,referentesaosseusempregados.

2.23. Havendoretenção,aCONTRATADAdeveráprovidenciarnoprazode15(quinze)diasorecolhimentodascontribuiçõessociais(INSS/FGTS/ISS-ISQN)eapresentarasguiasquecomprovemtalpagamentoaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,parafinsdedevoluçãodaquantiaretida.

2.24. SeaCONTRATADAnãoapresentaroscomprovantesreferidosnositens

2.18e2.19noprazofixado,aCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PApoderáaqualquerinstanteeaseucritérioexclusivo:

2.25. Aplicarmultade10%(dezporcento)sobreovalordamediçãocujoscomprovantesnãoforemapresentados;

2.26. RescindiroContratoporculpaexclusivadaCONTRATADA.

2.27. SeduranteaexecuçãodoContratoexpirar-seoprazodevalidadedascertidõesapresentadasnafasedehabilitação,comprovandoregularidadefiscaletrabalhista,aCONTRATADAdeveráprovidenciaraimediataatualizaçãodasmesmas,sobpenaderescisãocontratual.

2.28. NãohaveráatualizaçãonospreçosquandooatrasonopagamentosederporculpaexclusivadaCONTRATADA.

2.29. Havendoatrasonopagamentodaparcela,desdequemotivadaporresponsabilidadeporpartedaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,ovalordaparcelapoderáseratualizado—proratadie-deacordocomoIPCA(ÍndicedePreçoaoConsumidorAmplo)doIBGE.

2.30. CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA poderásustaro(s)pagamento(s)dequalquer(quaisquer)parcela(s),nocasodeinadimplênciadaCONTRATADAnaexecuçãodesteContrato;

2.31. Asuspensãodo(s)pagamento(s)permaneceráatéadevidaregularizaçãoporpartedaCONTRATADA.

2.32. NocasodaCONTRATADAemsituaçãoderecuperaçãojudicial,deveráapresentardeclaração,relatóriooudocumentoequivalentedeseuadministradorjudicialou,seoadministradorjudicialforpessoajurídica,doprofissionalresponsávelpelaconduçãodoprocesso,dequeestácumprindooplanoderecuperaçãojudicial.

2.33. NocasodaCONTRATADAemsituaçãoderecuperaçãoextrajudicial,juntocomosdemaiscomprovantes,deveráapresentarcomprovaçãodocumentaldequeestácumprindoasobrigaçõesdoplanoderecuperaçãoextrajudicial.

2.34. Anãoapresentaçãodascomprovaçõesdequetratamascláusulas2.29e2.30asseguraaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA odireitoderescindirocontrato.

2.35. AsdespesasdecorrentesdesteprocessolicitatóriocorrerãoporcontadasdotaçõesprevistasnaLeiOrçamentáriadoExercíciovigente:

Entidade:1–CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU

Órgão:01–CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU

Unidade:01–CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU

Proj./Ativ. 01.031.0001.2.001 — MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADESLEGISLATIVAS

4.4.90.00.00.00.00.00–AplicaçõesDiretas

3. CLÁUSULATERCEIRA:PRAZODEEXECUÇÃO,RECEBIMENTOPROVISÓRIOEDEFINITIVO

3.1. Oprazodeexecuçãodaobradeveráserde06(seis)meses,apósaexpediçãodaOrdemdeServiço.

3.2. OobjetoestarásujeitoàconferênciaefiscalizaçãodesuaqualidadeeconformidadecomapropostadaCONTRATADAeopresenteContratopodendo,aCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,emseuexclusivoentendimento,determinararealizaçãodeanálisesaptasacomprovarqualidade,resistênciaeobediênciaàsnormastécnicasoficiais,correndoocustodestesporcontadaCONTRATADA.

3.3. Havendoanecessidadedeadequação(ões)seráconcedidoprazodeaté 15(quinze)diasapóscomunicaçãoescritadesuaconclusão,pelaCONTRATADA,medianteTermocircunstanciadoassinadopelo(s)Responsável(is)Técnico(s)daCONTRATADAevisadopelafiscalizaçãoparaascorreçõesdaobra,sendoqueodescumprimentodo(s)prazo(s)estabelecido(s)implicaránaaplicaçãodamultaespecificadanaCláusulaNonadesteContrato,salvopormotivosdevidamentejustificadoseaceitospeloórgãopúblicocontratante.

3.4. Casoosserviçosconstantesdoobjetonãosejamaprovadosnafiscalização,ficasuspensoocursodoprazodepagamento,voltandoacorrernasuaintegralidadetãologoseja(m)sanada(s)a(s)irregularidade(s).

3.5. Aotérminodaobra,aCONTRATADAdeverácomunicaràCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,porescritoeprotocoladamenteaconclusãodela,juntamentecomaentregadoRelatórioFinal.

3.6. Ematé15(quinze)diascontadosdacomunicação,aCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAemitirálaudoderealizaçãodafiscalizaçãoconcluída,noqualfaráconstarasexigênciasnecessáriasàseventuaisadequações,correçõesedemaisatosparaaperfeitaconclusãodaobra.

3.7. Atestandoaqualidadeeconformidadedaexecuçãodaobra,aCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA receberáprovisoriamente.

3.8. Aobrasomenteserárecebidadefinitivamentenoprazode30(trinta)diascorridoscontadosdoseurecebimentoprovisório,prazonoqualaCONTRATADAficainteiraeintegralmenteresponsávelporqualquerreparo,correção,adequaçãoououtrosquesemostraremnecessários,àssuasexpensas,

mediantesimplesnotificaçãodaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,naqualassinaláprazopararealizaçãodosserviçosapontados.

3.9. OrecebimentodefinitivosedarápormeiodeTermodeRecebimentoformaloupelosimplesdecursodoprazoprevistonesteContrato,comexceçãodoseventosabaixo:

3.10. Suspendeocursodoprazoparaorecebimentodefinitivo,anotificaçãodaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,nosentidodequeaCONTRATADAdevarealizaroserviçodeadequação, correçãoououtroeventualmenteapontadoeverificado.Oprazorecomeçaacorrertãologoocontratanteatestearealizaçãodoserviçoconformeapontadoeexigido;

3.11. Casosejaretidonafiscalização,ficasuspensoocursodoprazodepagamento, voltandoacorrernasuaintegralidadesomentequandosanadaairregularidadeconstatada.OprazorecomeçaacorrertãologoaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA atestearealizaçãoconformedoobjetocontratado.

4. CLÁUSULAQUARTA:DOSMATERIAIS,EQUIPAMENTOS,CANTEIRODEOBRASEINSTALAÇÕES

4.1. ACONTRATADAdeveráutilizarnaobraapenasmateriaiseequipamentosemconformidadecomospadrõesenormastécnicasdesegurançaaplicadasàespécie,responsabilizando-seintegralmentepelasegurança,manutenção,qualidadeequantidadedeles,deacordocomoAnexoIdoEdital.

4.2. CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA sereservanodireitoderecusarmateriaiseequipamentosquenãoestejamdentrodasnormasedospadrõestécnicosdesegurançaexigidoseaplicadosaosmesmos,respondendoaCONTRATADA,integralmente,pelocustodesuassubstituições,tantasvezesquantasnecessáriasforemeapontarafiscalização.

4.3. Ocanteirodeobrasdeveráserinstaladocomáreasuficienteparadesenvolvertodasasatividadesnecessárias:

4.4. Ocanteirodeobrasdevesermantidoorganizado.

4.5. ACONTRATADAéobrigadaamanter,porcontaprópria,asinstalaçõesdaobraemperfeitascondiçõesdeconservação,limpeza,pinturaesegurança,pelosprazosfixadosnoeditaldelicitaçãoe/ounoContrato.

4.6. ACONTRATADAdeveráprovidenciaraexecuçãodeumpainel,comumaplacadaobra,conformemodeloapresentadopelocontratante.

4.7. Asplacasdeverãoestarinstaladasematé05(cinco)diasapósserdadaaOrdemdeServiçodarespectivaobra;

4.8. Nocanteirodeobras,sópoderãosercolocadasoutrasplacasdeeventuaissubcontratadosedefirmasfornecedoras,apósprévioconsentimentodaCâmaraMunicipal.

4.9. CorreráporcontadaCONTRATADAtodaequalqueroperaçãoparamobilizaçãoedesmobilizaçãodocanteirodeobrase,aofinal,deverãoserrecompostastodasascaracterísticasoriginais,àssuasexpensas,devendocomunicarexpressamenteoDepartamentodeEngenharia,antesdequalquermodificaçãonecessária.

5. CLÁUSULAQUINTA-CONFORMIDADECOMOMARCOLEGAL

5.1 AspartesCONTRATANTEScomprometem-seaobservarospreceitoslegaisinstituídospeloordenamentojurídicobrasileironoquetangeaocombateàcorrupção,emespecialaLeinº12.846,de1ºdeAgostode2013,e,noqueforemaplicáveis,osseguintestratadosinternacionais:ConvençãosobreoCombatedaCorrupçãodeFuncionáriosPúblicosEstrangeirosemTransaçõesComerciaisInternacionais(ConvençãodaOCDE)-promulgadapeloDecretonº3.678,de30denovembrode2000;aConvençãoInteramericanaContraaCorrupção(ConvençãodaOEA)-promulgadapeloDecretonº4.410,de7deoutubrode2002;eaConvençãodasNaçõesUnidasContraaCorrupção(ConvençãodasNaçõesUnidas)-promulgadapeloDecretonº5.687,de31dejaneirode2006.

5.2 ACONTRATADA(i)declara,porsieporseusadministradores,funcionários,representanteseoutraspessoasqueagememseunome,diretaouindiretamente,estarcientedosdispositivoscontidosnaLeinº12.846/2013,eseobrigaatomartodasasprovidênciasparafazercomqueseusadministradores,funcionárioserepresentantestomemciênciaquantoaoteordamencionadaLeinº12.846/2013.

5.3 ACONTRATADA,nodesempenhodasatividadesobjetodesteCONTRATO,compromete-seperanteàCONTRATANTEaabster-sedepraticarato(s)quepossa(m)constituirviolaçãoàlegislaçãoaplicávelaopresenteinstrumentopactual,incluindoaquelesdescritosnaLeinº12.846/2013,emespecialnoseuartigo5º.

5.4 QualquerdescumprimentodasregrasdaLeiAnticorrupçãoesuasregulamentações,porpartedo(a)CONTRATADO(a),emqualquerumdosseusaspectos,poderáensejar:I-InstauraçãodoProcedimentodeApuraçãodaResponsabilidadeAdministrativa—PAR,nostermosdoDecretonº8.420/2015eInstruçãoNormativaCGUnº13/2019,comaplicaçãodassançõesadministrativasporventuracabíveis;II—Ajuizamentodeaçãocomvistasàresponsabilizaçãonaesferajudicial,nostermosdosartigos18e19daLeinº12.846/2013;

5.5 ACONTRATADAobriga-seaconduzirosseusnegóciosepráticascomerciaisdeformaéticaeíntegraemconformidadecomospreceitoslegaisvigentesnopaís.

6. CLÁUSULASEXTA-RESPONSABILIDADESOCIOAMBIENTAL

6.1. Adotartodasasprecauçõesparaevitaragressõesaomeioambiente,preservandoafaunaeafloraexistentesnolocaldeexecuçãodosserviços,emantendoolocaldetrabalhoadequadoàsexigênciasdelimpeza,higieneesegurança;

6.2. Empregarapenasprodutosousubprodutosdemadeiradeorigemexótica,oudeorigemnativaquetenhamprocedêncialegal;

6.3. Responsabilizar-sepeladesmobilizaçãodasestruturasdeapoioquehouverinstaladoparaexecutaros serviços,bemcomopelarecuperaçãooureabilitaçãodasáreasutilizadasque,porsua culpa,tenhageradoimpactoaomeioambiente;

6.4. Conferirdestinaçãoambientalmenteadequadadosresíduosdaconstruçãociviloriginários daexecuçãodoobjetodocontrato,nostermosdaResoluçãoCONAMAnº307/2002,obedecendo,noquecouber,aosseguintesprocedimentos:

6.5. ResíduosClasseA(reutilizáveisourecicláveiscomoagregados):deverãoserreutilizadosoureciclados naformadeagregados,ouencaminhadosaaterrosderesíduosclasseAdepreservaçãodematerialparausosfuturos;

6.6. ResíduosClasseB(recicláveisparaoutrasdestinações):deverãoserreutilizados,reciclados ouencaminhadosaáreasdearmazenamentotemporário,sendodispostosdemodoapermitirasuautilizaçãoureciclagemfutura;

6.7. ResíduosClasseC(paraosquaisnãoforamdesenvolvidastecnologiasouaplicaçõeseconomicamenteviáveisquepermitamasuareciclagem/recuperação):deverãoserarmazenados,transportadosedestinadosemconformidadecomasnormastécnicasespecíficas;

6.8. ResíduosClasseD(perigosos,contaminadosouprejudiciaisàsaúde):deverãoserarmazenados,transportados,reutilizadosedestinadosemconformidadecomasnormastécnicasespecíficas.

6.9. ComprovarquetodososresíduosremovidosestãoacompanhadosdeControledeTransportedeResíduos(CTR),emconformidadecomasnormasdaAgência BrasileiradeNormasTécnicas—ABNT;

6.10. Assumir,semônusparaoCONTRATANTE,asmultasquevieremaseraplicadaspeloórgãoambientalfederal,estadualoumunicipal.

7. CLÁUSULASÉTIMA:DAFISCALIZAÇÃOEDARESPONSABILIDADECIVIL

7.1. ApósaassinaturadoContratoeprecedendoaexpedição daCompetenteOrdemdeServiçoparainíciodaobra,aCONTRATADAseráconvocadaparaumareuniãocomoengenheiroresponsávelpelaelaboração doprojetodaobraparadiscussãoeesclarecimentosquesefizeremnecessários,quantoaoprojetoeafiscalização,sendoqueaCONTRATADAdeveráapresentaroDiáriodeObra,ondeseráfeitooregistrodoandamentodosserviços,ocorrênciaseoutrasinformações.

7.2. ACONTRATADAdeveráapresentaràCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,emumprazomáximode03(três)diasúteis,apósaemissãodaOrdemdeServiço,asAnotaçõesdeResponsabilidadeTécnica-ARTsdosresponsáveistécnicospelaobra.

7.3. Afiscalizaçãodaexecuçãodaobraserárealizadaprofissionaldaárea,designadopelaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,quemanteráoacompanhamentodeformapermanenteouesporádico,dependendodaetapaconstrutiva,sendoqueestafiscalizaçãonãoeximeaCONTRATADAdequalquerresponsabilidadepelaobra.

7.4. OprofissionalindicadopelaCONTRATADA,parafinsdecomprovaçãotécnicaoperacional,deverácomparecerdiariamenteàobra,devendoaindaaCONTRATADAmanterumMestredeObras(encarregado)permanente,duranteaexecuçãodamesma,ficandoambosincumbidosdaprestaçãodetodososesclarecimentoseinformaçõessolicitadassobreoandamentodaobra,admitindo-sea(s)substituição(ões)do(s)profissional(is)indicado(s)poroutro(s)deexperiência equivalenteousuperior,desdequeaprovada.

7.5. ACONTRATADAficaobrigadaamanteremlocaldefácilacessoeàdisposição dafiscalização,preferencialmentenolocaldosserviçoso“DiáriodeObra”.

7.6. ACONTRATADAdeverácumpriralegislaçãovigenterelativaàsnormasquantoaSegurançaeMedicinadoTrabalho,ficandosobsuainteiraresponsabilidadequaisquerdanosconsequentesdainobservânciadasLeisoupráticadeatoconsideradoilícito.

7.7. CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA sereservaodireitodeproibir,rejeitar,vedareoutrasprovidênciasmaisadotar,paraaperfeitaexecuçãodoobjetolicitado,arcandoaCONTRATADAcomtodososônusdecorrentesdaatividadefiscalizadoradoórgãocontratante.

7.8. ACONTRATADAreconheceporesteinstrumentoqueéaúnicaeexclusivaresponsávelportodosequaisquerdanosouprejuízosqueviercausar,coisa,propriedadeoupessoadeterceiros,meioambiente,emdecorrênciadaexecuçãodosserviços,oudanosadvindosdequalquercomportamentodeseusempregadosemserviço,objetodoContrato,correndoàssuasexpensas,semqualquerônusparaoórgãocontratante,ressarcimentoouindenizaçõesquetaisdanosouprejuízospossamcausar.

7.9. Afiscalizaçãopoderáparalisarasobrase/ouserviçosaqualquermomento,quandorestarconstatadoriscograveeiminenteaosservidoresdaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,daCONTRATADA,aterceiros eaomeioambiente,emconformidadecomosparâmetrosestabelecidosnalegislaçãovigente:

7.10. Emcasodeembargo,interdiçãoouparalisaçãodasobrase/ouserviços,afiscalizaçãodeterminaráasmedidasaseremtomadaspelaCONTRATADA,visandomanterolocaldasobrasdevidamenteprotegido,aevitarooferecimentoderiscosaterceiros eaomeioambiente.

7.11. AfiscalizaçãodosserviçospelaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAnãoexoneranemdiminuiacompletaresponsabilidadedaCONTRATADA porqualquerinobservânciaouomissãoàsCláusulasContratuais.

7.12. FicaaCONTRATADAobrigadaacumprirasexigênciasestabelecidasnaLeiFederalnº6514/77,relativamenteàSegurançaeMedicinadoTrabalho,regulamentadapelaPortarianº3214/78,emespecialasNormasRegulamentadorasNR-5—CIPA;NR-6—EPI;NR-7—ProgramadeControleMédicodeSaúdeOcupacional;NR-9—ProgramadePrevençãodeRiscosAmbientais;NR-10—InstalaçõeseServiçosemEletricidadeeNR-18—CondiçõeseMeioAmbientedoTrabalhonaIndústriadaConstrução,emtodososseusitens,subitenseanexos,sendooscustosdecorrentesincluídosnopreçoproposto.

7.13. ACONTRATADAseráresponsávelporfornecer,incentivareobrigaratodosos seusfuncionáriosousodeequipamentosdeproteçãoindividual(EPI)ecoletiva(EPC) deacordocomalegislaçãovigente.Essesequipamentosdeverãoestaremperfeitoestadodeconservaçãoedocumentaçãoquecomprovesuavalidade(CA-CertificadodeAprovação),demodoagarantirtotalsegurançaaousuário,bemcomoàspessoasaoredor.

7.14. ACONTRATADAresponderáeresponsabilizar-se-ápelaprevençãodeacidentesepelasegurançadesuasatividadesedeseusfuncionáriosquandodarealizaçãodosserviços,fazendocomqueelesobservemecumpramrigorosamenteosregulamentosedeterminaçõesdesegurança,bemcomotomando,oufazendocomquesejamtomadas,asmedidascorretivasnecessárias.

7.15. Todasasaçõesjudiciais,decorrentesdaexecuçãodocontratoquediretamenteouindiretamenteresponsabilizemaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PAemseusprocessos,terãoosvaloresdestasaçõesjudiciaisglosadosdospagamentosdasfaturasougarantidospormeiodecartadefiançabancária,emnomedacontratadaesuasrespectivasliberaçõessomenteocorrerãoquandojudicialmenteaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA forexcluídodalidepelaJustiçadestaresponsabilidade.

7.16. Emcasodereclamaçãodeterceirojuntoaqualquerórgãopúblico,ouaindapora çãojudicialpropostacontraaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,emrazãodeatividadesdecorrentesdocontrato,aCONTRATADAseobri gaadisponibilizarrepresentante,prontamenteatodososchamadosdosórgãospúblic osedoPoderJudiciáriorecebidospelaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,compoderespararealizaracordosemnomedaCONTRATADA,emJuízo ouforadele.

7.17. ACONTRATADAemsituaçãoderecuperaçãojudicial/extrajudicialdeveráco mprovarocumprimentodasobrigaçõesdoplanoderecuperaçãojudicial/extrajudicial semprequesolicitadopelocontratantee,ainda,nahipótesedesubstituiçãoouimpedi mentodoadministradorjudicial,comunicarimediatamente,porescrito.

8. CLÁUSULAOITAVA:DAEXTINÇÃOCONTRATUAL

8.1. Aextinçãocontratual,emfavordaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,terálugardeplenodireito,independentementedepréviaaçãoouinterpela çãojudicial,naocorrênciadequalquerumadashipótesesprevistasnoartigo137daLei Federalnº14.133/2021eulterioresalterações.

8.2. Arescisãocontratual,emfavordaCONTRATADA,terálugardeplenodireito,a pósregularnotificaçãoàCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,comprazode15(quinze)diasúteisdeantecedênciaedesdequepersista mosfatosgeradoresdenotificação,nãoocorrênciadequalquerumadasseguinteship óteses:

8.3. Supressão,porpartedaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,deobras,serviçosoucomprasqueacarretemodificaçãodovalorinicialdo contratoalémdolimitepermitidonoart.125,daLeiFederalnº14.133/2021;

8.4. Suspensãodeexecuçãodocontrato,porordemescritadaCÂMARADEVERE ADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,porprazosuperiora3(três)meses,salvocalamidadepública,graveperturbaçãodaordeminternaoudeguerra,bemcomoquandodecorreremdeatooufatoque ocontratadotenhapraticado,doqualtenhaparticipadoouparaoqualtenhacontribuído;

8.5. Repetidassuspensõesquetotalizem90(noventa)diasúteis,independentem entedopagamentoobrigatóriodeindenizaçãopelassucessivasecontratualmenteim previstasdesmobilizaçõesemobilizaçõeseoutrasprevistas,salvocalamidadepúblic a,graveperturbaçãodaordeminternaoudeguerra,bemcomoquandodecorreremde atooufatoqueocontratadotenhapraticado,doqualtenhaparticipadoouparaoqualten hacontribuído.

8.6. Atrasosuperiora2(dois)meses,contadodaemissãodanotafiscal,dospagam entosoudeparcelasdepagamentosdevidospelaCÂMARADEVEREADORESDES ÃO FELIX DO XINGU/PApordespesasdeobras,serviçosoufornecimentos,salvocalamidadepúbli ca,graveperturbaçãodaordeminternaou

deguerra,bemcomoquandodecorreremdeatooufatoqueocontratadotenhapraticado,doqualtenhaparticipadoouparaoqualtenhacontribuído;

8.7. NãoliberaçãopelaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,nosprazoscontratuais,deárea,localouobjeto,paraexecuçãodeobra,serviçooufornecimento,edefontesdemateriaisnaturaisespecificadasnoprojeto,inclusivedevidoaatrasooudescumprimentodasobrigaçõesatribuídaspelocontratoaoórgãocontratanterelacionadasadesapropriação,adesocupaçãodeáreaspúblicasoualicenciamentoambiental.

8.8. Aextinçãodocontratopoderáocorrertambém:

a) Poratounilateraleescritodocontratante,excetonocasodedescumprimentodecorrentedesuaprópriaconduta;

b) Deformaconsensual,poracordoentreaspartes,porconciliação,pormediaçãoouporcomitêderesoluçãodedisputas,desdequehajainteressedoórgãopúblico;

c) Pordecisãoarbitral,emdecorrênciadecláusulacompromissóriaoucompromissoarbitral,oupordecisãojudicial.

8.9. QuandoaextinçãodecorrerdeculpaexclusivadaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA,ocontratadoseráressarcidopelosprejuízosregularmentecomprovados quehouversofridoeterádireitoa:

a) Pagamentosdevidospelaexecuçãodocontratoatéadatadeextinção;

b) Pagamentodocustodadesmobilização.

8.10. AextinçãodeterminadaporatounilateraldaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PApoderáacarretar,semprejuízodassançõesprevistasnaLei,asseguintes consequências:

a) Assunçãoimediatadoobjetodocontrato,noestadoelocalemqueseencontrar, poratoprópriodaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA;

b) Ocupaçãoeutilizaçãodolocal,dasinstalações,dosequipamentos,domaterialedopessoalempregadosnaexecuçãodocontratoenecessáriosàsuacontinuidade.

9. CLÁUSULANONA:DASPENALIDADES

9.1 AssançõesdispostasnoContratopoderãoseraplicadasàsempresaslicitanteseàCONTRATADA,conformeocaso,semprejuízodareparaçãodosdanoscausadosaoórgãopúblicoedassançõesprevistasnoart.156daLeiFederalnº14.133/2021eulterioresalterações.

9.2 Semprejuízodafaculdadeprevistasnosart.137e156daLeiFederalnº14.133/2021eulterioresalterações,anãoobservânciadocronogramacontratualsujeitará,cumulativamenteaCONTRATADAàsseguintesmultas:

a) 0,1%(umdécimoporcento)até0,2%(doisdécimosporcento)pordiasobreoval oradjudicadoemcasodeatrasonaexecuçãodosserviços,limitadaaincidênciaa15(q uinze)

dias.Apósodécimoquintodiaeacritériodaadministração,nocasodeexecuçãocomat raso,poderáocorreranãoaceitaçãodoobjeto,deformaaconfigurar,nessahipótese,i nexecuçãototaldaobrigaçãoassumida,semprejuízodarescisãounilateraldaavenç a;

b) 0,1%(umdécimoporcento)até10%(dezporcento)sobreovaloradjudicado,e mcasode

atrasonaexecuçãodoobjeto,porperíodosuperioraoprevistonosubitemacima,oudei nexecuçãoparcialdaobrigaçãoassumida;

c) 0,1%(umdécimoporcento)até15%(quinzeporcento)sobreovaloradjudicado ,emcasodeinexecuçãototaldaobrigaçãoassumida;

d) 0,2%a3,2%pordiasobreovalordocontrato;e

e) aspenalidadesdemultadecorrentesdefatosdiversosserãoconsideradasind ependentesentresi.

9.3 Ocontratoaserassinadocomalicitantevencedorapoderáserrescindidodeple nodireitopelaCÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA independentedeinterpelaçãoounotificaçãojudicialouextrajudicial,nosseguintesca sos:

I -falência;

II -concordata;

III -insolvência;

IV -dissoluçãojudicialouextrajudicial;

V -inobservânciadedispositivoslegais;

VI -inadimplementodeobrigaçãocontratual.

9.4 Alicitantevencedoraque,devidamenteconvocada,deixardecomparecerpar aaassinaturadocontratoficarásujeitaàspenalidadesprevistasnoArt.156daLei14.1 33,inclusivemultade0,5%até30%dovalordocontratolicitado.

9.5 Assançõesprevistasserãoaplicadasaoresponsávelpelasinfraçõesadminist rativasprevistasnosincisosII,III,IV,V,VIeVIIdocaputdoart.155dalei14.133/2021,qu andonãosejustificaraimposiçãodepenalidademaisgrave,eimpediráoresponsável delicitaroucontratarnoâmbitodaAdministraçãoPúblicadiretaeindiretadoentefeder ativoquetiveraplicadoasanção,peloprazomáximode3(três)anos.

9.6 AaplicaçãodasSançõessomenteocorreráapósasseguradoocontraditórioe aprévia defesa,nostermosdalegislaçãovigente.

9.7 Atéadecisãofinalquantoaeventualdefesaapresentada,seráretidoonumerár ioapuradoreferenteàsanção,sendoqueomontantedamultapoderá,acritériodoórgã opúblico,sercompensadocomvaloresdepagamentodevidoaofornecedor.

10. CLÁUSULADÉCIMA:DASDISPOSIÇÕESFINAIS

10.1. FazemparteintegrantedesteContrato,comosetranscritoestivessemliteralm ente,aCONCORRÊNCIAELETRÔNICAnº02/2025-CÂMARADEVEREADORESDESÃO FELIX DO XINGU/PA eaPropostadaCONTRATADA,comtodososseusanexos.

10.2. OscasosomissosnesteContratoserãoanalisadoseresolvidospelaaplicação denormaspertinentesàsLicitaçõeseContratos,LeiFederalnº14.133/2021eulteriore salterações.

10.3. ACONTRATADAobriga-seamanter,durantetodaaexecuçãodoContrato,emcompatibilidadecomasobrigaç õesporelaassumidas,todasascondiçõesdehabilitaçãoequalificaçãoexigidasnalicit ação.

10.4. Elegemaspartes,comrenúnciadosdemais,pormaisprivilegiadosquesejam, oforodaComarcadeSão Felix do Xingu/PAcomoocompetenteparadirimirasquestõessuscitadasdainterpretaçãode steContrato,doEditaloudaPropostadaCONTRATADA.

10.5. É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

10.6. A Câmara de Vereadores de São Felix do Xingu designa, ainda, como fiscal do Contrato, o Sr. Amilton Alves de Araújo—Engenheiro civil—CREA/PA 1518837247, Fiscal do Contrato e da Obra

10.7. ACONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões do objeto, nos termos do Art.125 da Lei Federal nº14.133/2021 eulteriores alterações.

E, por estarem desta forma de pleno acordo entre si, assinam as partes o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

São Felix do Xingu-PA, XX de junho de 2025.

MARIO BORGES TEIXEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Felix do Xingu–PA

CONTRATADA

Testemunhas: